



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Núcleo técnico de Licitações e Contratos

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

INTERESSADO: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA

ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE PROCESSO LICITATÓRIO – ART. 25 I DA LEI 8.666/93

PARECER Nº: 010-02/2015- NTLC – STM, de 09/02/2015

A presidente da Comissão Permanente de Licitação da Secretaria Municipal de Cultura da municipalidade de Santarém, encaminhou a esta Assessoria Jurídica, processo de inexigibilidade de licitação objetivando a contratação da Empresa SAN ECOSERVIÇOS LTDA. ME, informando que é a única especializada na locação e manutenção de sanitários químicos no município de Santarém. Justifica a dispensa do processo licitatório com a declaração da Associação Comercial de Santarém, no sentido de que SAN ECOSERVIÇOS LTDA. ME é a única empresa que aquela Associação tem conhecimento na prestação de serviço de locação e manutenção de sanitários químicos no âmbito da municipalidade.

A matéria em comento encontra amparo na legislação pátria. A lei 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação dada pela Lei n.º 8.883, de 8 de junho de 1994, assim dispõe:

“Art. 25 – É inexigível a licitação quando houver inviabilidade da competição, em especial:

I – Para a aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusiva, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes”

Como se vê, na aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros de produtor, empresa ou representante exclusivo é inexigível a licitação tendo em vista a inviabilidade de competição.

Importante é definir o conceito de EXCLUSIVIDADE. Segundo Hely Lopes Meirelles o conceito de exclusividade difere consoante sua aplicação: "a exclusividade do produtor é absoluta e afasta sumariamente a licitação em qualquer de suas modalidades, mas a do vendedor e a do representante comercial é na praça, tratando-se de convite; no registro cadastral, no caso de tomada de preços; no País, na hipótese de concorrência. Considera-se, portanto, vendedor ou representante comercial exclusivo, para efeito de convite, o que é único na localidade; para tomada de preços, no registro cadastral; para concorrência, o que é único no país".



A presente consulta não traz valores, sendo impossível definir qual seria a modalidade de licitação: carta convite, tomada de preços ou concorrência pública. De qualquer modo fica o registro de que o conceito de exclusividade difere na situação concreta.

Conhecendo o conceito de exclusividade para os efeitos do art. 25 da Lei de Licitações, cabe a nós analisar a comprovação da exclusividade. Tal comprovação deve ser cobrada pela administração pública antes de declarar inexigível a licitação. Esta prova deve ser feita por documento hábil, isto é, que dê certeza da alegada exclusividade.

Segundo nossa legislação, o documento pode ser:

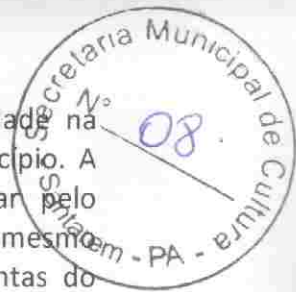
- Atestado fornecido pelo órgão do registro do comércio (junta comercial) de nossa cidade.
- Atestado expedido pelo Sindicato, Federação ou confederação patronal a que pertence o fornecedor ou ainda, por entidade equivalente.

O ilustre administrativista Diogenes Gasparini, quando analisa os documentos hábeis comprobatórios de exclusividade para a inexigibilidade de licitação, comenta que "se, porém, nada disso for possível (atestado fornecido pela JUCEPA ou Sindicato, Federação, Confederação Patronal ou entidade equivalente), cremos bastar uma declaração daquele que se pretende contratar, exarada sob as penas da lei, na qual reste afirmado que seu signatário é produtor, empresa ou representante comercial exclusivo na localidade considerada".

Segundo constatação da Secretaria Municipal de Cultura, SAN ECOSERVIÇOS LTDA. ME é a única empresa do ramo de locação e manutenção de sanitários. Comprova a exclusividade juntando uma declaração da Associação Comercial de Santarém, afirmando que a referida empresa é a única no ramo.

A análise extraída da doutrina e legislação acerca da matéria, nos diz que, em sendo carta convite a empresa tem que ser exclusiva na prestação de serviço nos limites do Município. Tal exclusividade deve ser comprovada à Administração Pública de maneira cristalina. Não há uma exigência legal absoluta definindo um único documento que a comprove, porém preferencialmente deve ser apresentada uma certidão da JUCEPA – Junta Comercial do Estado do Pará. Não sendo possível uma declaração do, Sindicato, Federação, Confederação Patronal ou entidade equivalente. Por fim, não tendo nenhuma das duas, até uma declaração, sob penas da Lei, na qual reste afirmado a condição de exclusividade na prestação de serviço.

O importante, ressaltar, é que realmente haja exclusividade na prestação de serviço pela empresa ECOSERVIÇOS LTDA. ME em nosso Município. A constatação deste fato (exclusividade) como uma realidade, deve se dar pelo ordenador de despesa, responsável pela inexigibilidade declarada, sabendo o mesmo que, seu ato posteriormente passará pelo crivo do TCM – Tribunal de Contas do Município.



Por isso, submeto o expediente à apreciação do Secretário Municipal de Cultura, para, em havendo disponibilidade orçamentária, ser efetuada a contratação conforme minuta apreciada com INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

Este é o parecer, salvo melhor juízo.

Santarém, 09 de fevereiro de 2015.


Jefferson Lima Brito
Assessor Jurídico NTLC
Advogado OAB/PA 4993